Insurgência, Ativismo e Liderança Comunitária na Inclusão de Migrantes em Portugal

Hélia Bracons[1]

Insurgency, Activism, and Community Leadership in the Inclusion of Migrants in Portugal

Nilzete Pacheco é uma cidadã luso-brasileira residente em Portugal desde 1996. Desde 1998 encontra-se envolvida em atividades de caráter associativo e de ativismo comunitário, assumindo papéis de liderança e mediação social. Em 2007, fundou e passou a dirigir a Associação Lusofonia Cultura e Cidadania (ALCC), organização vocacionada para o apoio a imigrantes, promovendo ações nas áreas de cidadania, empreendedorismo, integração social, regularização documental e inclusão.

Atualmente, exerce a presidência do Instituto Brasil (IBR), instituição que concentra a sua intervenção no apoio a imigrantes em Portugal, com particular enfoque no empreendedorismo, no aconselhamento, na formação e na mitigação das desigualdades de género e burocráticas que afetam as populações migrantes.

A sua experiência evidencia um esforço sistemático de sensibilização para as dificuldades específicas enfrentadas por mulheres empreendedoras em Portugal, com ênfase nas empreendedoras brasileiras. Entre os obstáculos mais recorrentes identificam-se: a escassez de informação adequada, os entraves legais e administrativos, as barreiras à formalização de iniciativas económicas e o desconhecimento relativo ao sistema fiscal e de Segurança Social. A sua ação articula práticas de solidariedade concreta, advocacia de direitos e liderança comunitária, enquadrando-se num contexto migratório caracterizado por múltiplos desafios de integração e desigualdade estrutural.

Para além da vertente associativa, Nilzete Pacheco atua enquanto empreendedora e consultora especializada em processos de formalização de negócios. A sua intervenção abrange uma análise aprofundada das condições legais, fiscais e regulatórias vigentes, bem como das oportunidades de financiamento acessíveis, acompanhando de forma estratégica a transformação de iniciativas informais em empreendimentos sustentáveis.

Adicionalmente, dedica-se à identificação de oportunidades de inovação, ao desenvolvimento de planos de negócios e à dinamização do acesso a redes de mentoria e de intercâmbio empresarial entre Brasil e Portugal, promovendo a criação de pontes e sinergias transnacionais que potenciam a integração económica e social das comunidades migrantes.

[1] Professora Associada no Instituto de Serviço Social da Universidade Lusófona – Lisboa. Doutora em Serviço Social, exerce as funções de Diretora da Licenciatura em Serviço Social. Desde junho de 2024, é Subcoordenadora do CLAIM (Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes) da Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa. Desenvolve investigação e intervenção nas áreas da diversidade cultural e das competências interculturais. https://orcid.org/0000-0002-5363-4897, helia.bracons@ulusofona.pt

1. Trajetória pessoal e ativismo

Quem é a Nilzete Pacheco enquanto mulher, ativista e líder comunitária?

Sou uma mulher de profundo engajamento social, movida pela convicção de que a igualdade de oportunidades depende da dignidade, da participação cívica e da voz de cada indivíduo na promoção de mudanças sociais. Desde que cheguei a Portugal, em 1996, tenho-me envolvido em trabalho associativo e ativismo comunitário, buscando sempre atuar na defesa de direitos, promoção da inclusão social e criação de espaços seguros para diálogo, colaboração e ação coletiva, pautando-me pelo respeito à diversidade.

Como líder comunitária, inspiro, organizo e capacito indivíduos e comunidades diversificadas, conectando-os a recursos, redes e soluções práticas que respondam às suas necessidades concretas. A minha atuação caracteriza-se pela ética, solidariedade, práticas de governança participativa e compromisso com impactos sustentáveis, especialmente em contextos migratórios e de vulnerabilidade, onde procuro ampliar vozes, promover autonomia e construir pontes entre diferentes públicos, instituições e sociedade.

Desempenho ainda um papel representativo junto da comunidade brasileira em Portugal, sendo atualmente uma das representantes no Conselho Nacional para as Migrações e Asilo (CNMA), e tendo sido membro da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) entre 2015 e 2017.

Quais foram os caminhos e experiências que a trouxeram ao ativismo em Portugal?

Cheguei a Portugal movida pela curiosidade, resiliência e pelo desejo de contribuir com comunidades em movimento, procurando compreender a relação entre o Brasil e Portugal. A minha experiência anterior no Brasil, na área de inclusão social e cooperação intercultural, abriu-me caminhos para o engajamento com grupos vulneráveis e imigrantes em Portugal. Ao longo dos anos, envolvi-me em várias formações, procurando compreender os processos de inclusão e contribuir de forma útil para a sociedade. O voluntariado tornou-se uma prática constante e enriquecedora, permitindo-me atuar como ponte entre comunidades e organizações, promovendo diálogo, cooperação, capacitação e ações de *advocacy*.

Como surge o seu envolvimento com o Instituto Brasil e quais os principais objetivos desta organização?

O Instituto Brasil (IBR) surgiu a partir da convergência entre os meus valores pessoais, a experiência comunitária acumulada e a perceção de que impactos sociais significativos podem ser alcançados através de alianças estratégicas e oportunidades de cooperação que conectam comunidades, organizações da sociedade civil e políticas públicas.

O objetivo do IBR é promover a cidadania ativa e a participação social, especialmente de grupos vulneráveis, migrantes e comunidades em situação de fragilidade. Procuro fortalecer redes de cooperação, facilitando parcerias entre instituições, universidades, movimentos sociais e setores públicos para construir soluções coletivas. Busco impulsionar a inclusão social, educacional e económica dos imigrantes, promovendo direitos e deveres, autonomia financeira e dignidade humana.

Além disso, desenvolvemos ações de capacitação em língua, qualificação profissional, orientação sobre direitos e deveres, acesso a serviços públicos, educação, saúde e oportunidades de emprego. No âmbito do empreendedorismo, oferecemos formação em gestão, finanças, formalização de negócios e acesso a microcrédito, bem como a criação de redes de mentoria, incubação de negócios e planejamento empresarial. Procuramos adaptar os nossos serviços às necessidades específicas dos empreendedores imigrantes, especialmente mulheres, respeitando os saberes do país de origem e a diversidade cultural.

O Instituto Brasil pretende ser uma organização de referência em migrações no contexto empresarial, independente, responsável, orientada por valores e sustentável.

2. Insurgência e resistência

O que significa, para si, "insurgência" no contexto das comunidades migrantes em Portugal?

Para mim, insurgência significa uma mobilização coletiva e consciente que rompe padrões de exclusão e discriminação, buscando direitos, participação cívica e melhoria das condições de vida dos imigrantes em Portugal. Isso envolve a afirmação da identidade, a construção de redes de apoio e a organização comunitária, promovendo autonomia e justiça social, além do empoderamento das comunidades para impulsionar mudanças estruturais e uma inclusão mais efetiva na sociedade portuguesa.

3. Pedagogia decolonial e práticas comunitárias

Em que medida considera que o trabalho do Instituto Brasil e da sua liderança pode ser lido como uma pedagogia inclusiva?

O trabalho do Instituto Brasil pode ser interpretado como uma pedagogia inclusiva, uma vez que prioriza o aprendizado a partir da diversidade, valoriza os saberes dos imigrantes e facilita o acesso e permanência de comunidades vulneráveis. Procuramos promover aprendizagem participativa, diálogo intercultural e ações orientadas à justiça social. Esta abordagem permite que os indivíduos reconheçam e fortaleçam seus próprios saberes, desenvolvam autonomia, participem ativamente na sociedade de acolhimento e contribuam para a transformação das estruturas sociais, promovendo inclusão, equidade e empoderamento comunitário.

Que estratégias tem usado para desconstruir narrativas coloniais e promover outras formas de conhecimento e pertença?

Para desconstruir narrativas coloniais e promover outros saberes, adotamos estratégias como valorização dos saberes comunitários, descentralização do conhecimento, linguagem inclusiva e metodologias participativas. Procuramos criar espaços nos quais os imigrantes possam partilhar as suas experiências e saberes de forma ativa, reconhecendo e respeitando as suas identidades culturais. Essas práticas permitem reconstruir narrativas históricas e sociais de forma plural, fortalecer a pertença e o protagonismo das comunidades migrantes, e incentivar o desenvolvimento de soluções coletivas que atendam às suas necessidades reais.

Que papel desempenham as mulheres migrantes nas práticas de resistência e na produção de novos saberes?

As mulheres migrantes desempenham um papel central nas práticas de resistência e na produção de novos saberes. Enfrentam obstáculos de género, raça, classe e migração, mas os seus saberes híbridos, que combinam experiências do país de origem e do contexto de acolhimento, fortalecem vínculos familiares e culturais, preservam memórias e línguas e promovem inovação. Funciona como ponte entre comunidades de origem e acolhimento, influenciando políticas públicas, ampliando direitos e fortalecendo coletivos para acesso a serviços e oportunidades, transformando estruturas sociais e ampliando trajetórias de vida.

Acredita que os museus e espaços culturais portugueses têm sabido acolher as vozes insurgentes das comunidades migrantes?

Reconheço que alguns museus e espaços culturais portugueses têm feito progressos na integração das comunidades migrantes, implementando iniciativas como programas de participação comunitária, projetos de memória migrante e residências artísticas. Estas ações representam

avanços importantes na valorização de experiências e saberes diversos. No entanto, persistem limitações significativas, nomeadamente em termos de representatividade efetiva, o acesso a recursos e tomada de decisão nas instituições. Para que estes espaços acolham de forma plena as vozes insurgentes das comunidades migrantes, é necessário continuar a transformar práticas, estruturas e políticas internas, garantindo que a pluralidade cultural seja não apenas visível, mas também incorporada na definição de conteúdos, narrativas e programas institucionais.

5. Liderança comunitária e representatividade

Como tem sido o percurso de ser uma líder comunitária em Portugal? Quais os maiores desafios e conquistas?

Ser líder comunitária em Portugal tem sido uma experiência enriquecedora, marcada por resiliência e aprendizagem contínua. O percurso exige compreender profundamente as necessidades da comunidade, cultivar relações de confiança, mobilizar recursos e envolver atores no contexto migratório, promovendo governança inclusiva. Entre os maiores desafios estão a burocracia, as constantes alterações legais e a limitação de recursos financeiros no setor associativo.

As conquistas mais significativas incluem o fortalecimento do diálogo com estruturas políticas, a construção de redes de apoio, o desenvolvimento de projetos que promovem coesão social e autonomia comunitária e a valorização dos saberes individuais.

Que papel desempenha a representatividade na luta por direitos e reconhecimento?

A representatividade é fundamental na luta por direitos e reconhecimento. Ao atuar como voz da comunidade, ausculto necessidades, preocupações e identidades muitas vezes invisibilizadas, promovendo participação cívica, integração e defesa de princípios de dignidade, igualdade e não discriminação. A representatividade também se manifesta na capacidade de influenciar políticas públicas, criar redes de apoio e facilitar o acesso a recursos e oportunidades, garantindo que as decisões institucionais reflitam as reais necessidades e experiências das comunidades migrantes.

Que conselhos deixaria para as novas gerações de ativistas que hoje emergem em Portugal?

Aos jovens ativistas que emergem em Portugal, aconselho definir objetivos claros, auscultar as comunidades, construir redes de apoio e investir em conhecimento, assumindo-se como agentes de transformação social. Deixo a mensagem de atuarem com coragem, escutarem as comunidades, construírem redes de apoio e assumirem-se como agentes de mudança, conscientes de que o compromisso coletivo é essencial para transformar realidades e garantir direitos a todos os migrantes e a todas as pessoas.

6. Olhar para o futuro

Quais são os próximos passos e ambições do Instituto Brasil?

O Instituto Brasil pretende concentrar-se em eixos que se cruzam, com destaque para: o *Empreendedorismo*, com a criação de uma bolsa de mentores, intercâmbio de negócios entre brasil e Portugal, do apoio contínuo aos pequenos empreendedores em Portugal, nomeadamente as mulheres e informações gerais, oportunidade de financiamento etc.

O *Emprego e a formação* - A formação profissional é crucial para imigrantes em Portugal pois facilita a aquisição de competências exigidas pelo mercado de trabalho, promove a sua integração social, permite o acesso a novas oportunidades, e contribui para o aumento da competitividade da economia portuguesa e desta forma pretende investir em encaminhamento e o fomento a formação a esta comunidade.

No âmbito do emprego, a criação de uma bolsa de emprego e articulação com empresas de modo a ofertar resposta qualificada e altamente qualificada para o mercado de trabalho exigente;

Na *Regularização de documentos* com informações sobre todo o processo migratório em Portugal;

E na *valorização da cultura* com atividades interculturais, com respeito aos valores e tradições, e a construção de pontes de diálogo para uma sociedade mais inclusiva.

O que gostaria de ver transformado na sociedade portuguesa em relação à inclusão das comunidades migrantes?

Portugal deve promover uma inclusão plena das comunidades migrantes, assegurando igualdade de oportunidades e participação cívica, em consonância com os princípios constitucionais de dignidade humana, igualdade e não discriminação, e desta forma reconhecer a riqueza da diversidade cultural, reconhecimento de qualificações, emprego digno com melhores salários e o respeito a diferença são fatores primordiais para a transformação de mentalidades sobre as migrações.

Para si, como será uma sociedade verdadeiramente democrática e inclusiva?

Para mim, uma sociedade verdadeiramente democrática e inclusiva é aquela que assegura participação cívica plena, direitos iguais, proteção contra discriminação, valorização de saberes e políticas públicas acessíveis, reconhecendo a diversidade como fonte de inovação, promovendo oportunidades efetivas de integração social e económica, reconhecendo o protagonismo de grupos historicamente marginalizados, especialmente mulheres migrantes, e investir em práticas de educação, empreendedorismo e capacitação profissional que fortalecem a autonomia individual e coletiva. Além disso, fomentar o diálogo intercultural e a construção de redes de solidariedade, garantindo que diferentes culturas, experiências e saberes sejam respeitados e valorizados na formulação de políticas públicas e na vida comunitária.

A entrevista com Nilzete Pacheco evidencia o papel central da liderança comunitária na promoção de direitos e inclusão de migrantes em Portugal. A sua trajetória demonstra como ativismo, empreendedorismo e *advocacy* se articulam para enfrentar desigualdades estruturais, fortalecer comunidades vulneráveis e ampliar vozes historicamente marginalizadas. O Instituto Brasil, sob a sua direção, exemplifica práticas de pedagogia inclusiva e decolonial, valorizando saberes diversos, promovendo aprendizagem participativa e criando redes de apoio que integram aspetos sociais, económicos e culturais da vida dos imigrantes. As ações descritas, desde a capacitação profissional até ao acesso a financiamento e intercâmbio empresarial, refletem uma abordagem estratégica e sustentável de inclusão.

A experiência de Nilzete Pacheco também demonstra o protagonismo das mulheres migrantes na resistência a discriminações de género, raça e classe, bem como na produção de saberes híbridos que conectam experiências de origem e acolhimento.

Em síntese, esta entrevista reforça a importância de reconhecer e apoiar práticas de insurgência e empoderamento comunitário, oferecendo *insights* valiosos para políticas públicas, estudos sociais e iniciativas de inclusão intercultural em contextos de *superdiversidade*.

Entrevista com Nilzete Pacheco, conduzida por Prof.ª Hélia Bracons (Universidade Lusófona-Lisboa), Lisboa, 16 de setembro de 2025.